

Grande Sertão Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grande Sertão Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTAO PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	26	24	Fornecedores		2	22
Títulos e Valores Mobiliários	6	78	155	Dividendos	8.c	62.971	1.846
Tributos a Recuperar		22	-	Impostos e Contribuições a Recolher		1	2
Dividendos a Receber	7	64.133	1.855	Outros Passivos Circulantes		-	199
		64.259	2.034			62.974	2.069
				NÃO CIRCULANTE			
				Tributos Diferidos	7	4.405	-
						4.405	-
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Investimento	7	718.325	143.361	Capital Social		495.055	132.380
Tributos a Recuperar		15	9	Reserva Legal		13.646	389
Intangível		14	17	Reserva de Lucros a Realizar		194.451	5.538
		718.354	143.387	Reserva Especial		1.846	-
				Transações entre sócios		8.551	-
				Outros Resultados Abrangentes		1.685	5.045
						715.234	143.352
TOTAL DO ATIVO		782.613	145.421	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.613	145.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	08/07/2024 a 31/12/2024
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7	265.171	7.792
LUCRO BRUTO		265.171	7.792
Despesas operacionais		(93)	(34)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		265.078	7.758
Receita financeira		48	6
RESULTADO FINANCEIRO		48	6
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		265.126	7.764
Imposto de renda e contribuição social correntes		15	9
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		265.141	7.773
RESULTADO POR AÇÃO		0,229	0,007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	08/07/2024 a 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		265.141	7.773
Outros resultados abrangentes			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge (Grande Sertão I)	8.d	(1.685)	5.045
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/PERÍODO		263.456	12.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Outros	Lucros Acumulados	Total
		Subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva Especial	Transações entre sócios	Resultados Abrangentes		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital		132.380	-	-	-	-	-	-	132.380
Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	7.773	7.773
Destinação de Lucro							-		
Constituição de Reserva Legal		-	389	-	-	-	-	(389)	-
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar		-	-	5.538	-	-	-	(5.538)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(1.846)	(1.846)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	5.045	-	5.045
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		132.380	389	5.538	-	-	5.045	-	143.352
Integralização de Capital	8.a	362.675	-	-	-	-	-	-	362.675
Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva		-	-	-	1.846	-	-	-	1.846
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	265.141	265.141
Destinação de Lucro									
Constituição de Reserva Legal	8.c	-	13.257	-	-	-	-	(13.257)	-
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	8.c	-	-	188.913	-	-	-	(188.913)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	8.c	-	-	-	-	-	-	(62.971)	(62.971)
Outros Resultados Abrangentes	8.e	-	-	-	-	-	(3.360)	-	(3.360)
Transações entre sócios	8.d	-	-	-	-	8.551	-	-	8.551
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		495.055	13.646	194.451	1.846	8.551	1.685	-	715.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	08/07/2024 a 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício/período		265.141	7.773
Ajustes:			
Equivalência Patrimonial	7	(265.171)	(7.792)
Amortização do Intangível		4	1
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(50)	(6)
		<u>(76)</u>	<u>(24)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Tributos a Recuperar		(28)	(9)
Fornecedores		(20)	22
Tributos e contribuições sociais a recolher		(1)	2
Outros passivos		(199)	199
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>(324)</u>	<u>190</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aporte de Capital Social em Controladas	7	(410.855)	(84.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controladas		48.379	(48.379)
Aquisições de bens do ativo intangível		-	(19)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(75.128)	(178)
Resgate em títulos e valores mobiliários		75.255	30
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(362.349)</u>	<u>(132.546)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital	8.a	362.675	132.380
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>362.675</u>	<u>132.380</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2</u>	<u>24</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período		24	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período		26	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu principal controlador é o BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.

A Companhia foi constituída em 8 de julho de 2024, tem como objeto social a atividade preponderante à gestão de participação em outras Companhias (Holding).

Como Holding, em seu controle acionário, ela possui as empresas Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“GSI”), Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“GSII”) e Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. (“GSIII”) (“Coligadas”) que são Sociedades Anônimas de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

A GSI é responsável pelo LOTE 04 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024. Esse lote compreende três trechos, que incluem quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, uma LT de 230 kV e seis subestações, das quais cinco serão ampliadas e uma nova será construída. Sua principal missão é a expansão da Rede Básica na área leste da Região Nordeste, garantindo o escoamento pleno das usinas já contratadas, ampliando a capacidade de conexão para novos empreendimentos de geração e atendendo ao crescimento da demanda local.

A GSII tem como principal objetivo expandir o sistema de transmissão na área sul da Região Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, viabilizando a conexão e o escoamento de grandes volumes de energia renovável, com ênfase em usinas eólicas e solares.

Responsável pelo LOTE 06 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024, a GSII gerencia um projeto que engloba quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, além da ampliação de duas subestações e da construção de outras duas. Essa iniciativa fortalece a infraestrutura elétrica da região, impulsionando a transição energética e garantindo suporte ao crescimento sustentável do setor.

A GSIII tem como objetivo principal a expansão do sistema de transmissão na área sul da Região Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com o propósito de atender à demanda crescente por energia renovável, especialmente de usinas eólicas e solares.

Responsável pelo LOTE 14 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024, a GSIII é encarregada de um projeto que contempla uma linha de transmissão de 500 kV, que será construída integralmente no estado da Bahia, ligando Ourolândia a Jussiape.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de junho de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.4. Perda (“impairment”) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2025, não identificamos indicativos de impairment sobre o investimento.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Investimento em Coligadas

A Grande Sertão Participações S.A. detém 100%, respectivamente, das ações da Grande Sertão I, Grande Sertão II e Grande Sertão III.

Os investimentos nas Companhias controladas são registrados e avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.4. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.5. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.6. Novas Normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes aos contextos operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor:

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	1/1/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1/1/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	1/1/2027

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia não possui contratos com exposição de risco de crédito em suas operações.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

c) Risco de taxas de juros

A Companhia não está exposta a risco de que uma variação de taxa de juros gere um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros considerando não ter celebrado operações ou contratos de exposição.

d) Valorização dos instrumentos de ativos e passivos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e a fornecedores.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia de continuar a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante Acrescido de passivo não circulante)	<u>62.975</u>	<u>2.069</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>706.683</u>	<u>143.352</u>
Índice de Alavancagem Financeira	0,09	0,01

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim sumarizados:

4.3. Ativos e Passivos por categoria

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos Financeiros		
<u>Mensurados pelo valor justo</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>78</u>	<u>78</u>
	<u>78</u>	<u>78</u>
Ativos Financeiros	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	<u>26</u>	<u>26</u>
	<u>26</u>	<u>26</u>
Passivos Financeiros	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos Financeiros		
<u>Mensurados pelo valor justo</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>155</u>	<u>155</u>
	<u>155</u>	<u>155</u>
Ativos Financeiros	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	<u>24</u>	<u>24</u>
	<u>24</u>	<u>24</u>
Passivos Financeiros	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>22</u>	<u>22</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual), segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

		2025			
<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das contas sobre o resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário</u>
				<u>Atual</u>	<u>II</u>
CDI	Caixa e equivalentes de caixa	26	3	4	5
	Títulos e valores mobiliários	78	8	11	14
		2024			
<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das contas sobre o resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário</u>
				<u>Atual</u>	<u>II</u>
CDI	Caixa e equivalentes de caixa	24	2	3	3
	Títulos e valores mobiliários	155	13	17	21

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco	26	24
	<u>26</u>	<u>24</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA	78	155
	<u>78</u>	<u>155</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

7. INVESTIMENTO

	Ativo	Passivo	PL(a)	Resultado
Grande Sertão I	344.783	234.500	110.283	34.776
Grande Sertão II	684.414	436.468	247.946	102.897
Grande Sertão III	<u>1.281.001</u>	<u>920.905</u>	<u>360.096</u>	<u>132.363</u>
	<u>2.310.198</u>	<u>1.591.873</u>	<u>718.325</u>	<u>270.036</u>

(a) Abaixo apresentamos a composição do Patrimônio Líquido, considerando a contribuição de cada controlada:

	Grande Sertão I	Grande Sertão II	Grande Sertão II	Total PL
Capital Social	79.614	159.913	255.328	494.855
Reserva legal	1.862	5.624	6.810	14.296
Reserva Especial	586	2.274	912	3.772
Reserva de Lucros	26.536	80.135	97.046	203.717
Outros Resultados Abrangentes	<u>1.685</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.685</u>
	<u>110.283</u>	<u>247.946</u>	<u>360.096</u>	<u>718.325</u>

a. Movimentação do investimento

Investida	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aumento de Capital Social	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Total	AFAC	Dividendos a receber	Transações entre Sócios (a)	Reversão de dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Grande Sertão I	32.443	62.814	33.605	(3.360)	125.502	(9.676)	(8.259)	2.426	290	110.283
Grande Sertão II	83.006	109.513	100.785	-	293.304	(29.027)	(24.438)	6.990	1.118	247.946
Grande Sertão III	27.912	238.528	130.781	-	397.221	(9.676)	(31.436)	3.541	447	360.096
	<u>143.361</u>	<u>410.855</u>	<u>265.171</u>	<u>(3.360)</u>	<u>816.027</u>	<u>(48.379)</u>	<u>(64.133)</u>	<u>12.957</u>	<u>1.855</u>	<u>718.325</u>

Investida	Investimento inicial	Equivalência Patrimonial (b)	Outros Resultados Abrangentes	Total	AFAC	Dividendos a receber	Saldo Final em 31 de dezembro de 2024
Grande Sertão I	16.800	1.212	5.045	23.057	9.676	(290)	32.443
Grande Sertão II	50.400	4.697	-	55.097	29.027	(1.118)	83.006
Grande Sertão III	16.800	1.883	-	18.683	9.676	(447)	27.912
	<u>84.000</u>	<u>7.792</u>	<u>5.045</u>	<u>96.837</u>	<u>48.379</u>	<u>(1.855)</u>	<u>143.361</u>

- (a) No exercício, a Companhia reconheceu os efeitos decorrentes da aquisição de participação societária adicional nas Controladas GSP I, GSP II e GSP III junto à sua controladora, caracterizando operação sob controle comum, na qual não houve alteração do controle último das entidades envolvidas. Em consonância com a política contábil adotada e com base nos princípios estabelecidos no IAS 8/CPC 23, tais transações são registradas pelo método de valores contábeis, sendo a diferença entre o valor pago e a participação adquirida no patrimônio líquido da investida reconhecida diretamente no patrimônio líquido em “Transações entre sócios”, não transitando pelo resultado do exercício. Como reflexo, foi reconhecido no período, um passivo diferido no montante de R\$4.405, registrado em contrapartida ao patrimônio líquido.
- (b) Para fins de equivalência patrimonial da Companhia, foi considerado o resultado referente ao período de julho a dezembro de 2024, conforme sua data de constituição em 8 de julho de 2024.

A Grande Sertão I será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$111,7 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$118,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de aproximadamente R\$1,1 bilhão para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos três anos. Os principais contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados. Entre os principais acordos firmados, destaca-se o contrato com a CSS, responsável pela execução completa de todos os serviços, obras, compreendidas entre os trechos Ceará Mirim II - João Pessoa II C1, João Pessoa II - Pau Ferro C1, a Alubar para fornecimento de cabos de alumínio, a SAE para o fornecimento de ferragens para cabos condutores, a Brametal para o fornecimento de torres e estruturas metálicas, a Belgo para o fornecimento de cabos de aço.

A Grande Sertão II é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$284,3 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$304,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$2,6 bilhões para a construção do empreendimento ao longo dos próximos três anos. A construção da linha de transmissão será realizada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre prazos e qualidade.

A Grande Sertão III será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$162,9 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$174,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$1,6 bilhões para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos quatro anos. A construção da linha de transmissão será executada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre qualidade e prazos.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2025 é de R\$495.055, dividido em 1.327.042 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

No exercício de 2025 foi subscrito e integralizado o montante de R\$362.675.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social ficou distribuído entre os seguintes acionistas:

Acionistas	31/12/2025	
	Quantidade de Ações	% do Capital social
BTG Pactual Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	408.927	30,83%
BTG Pactual Co-Invest Linhas de Transmissão FI em Participações em Infra Responsabilidade LTDA.	775.290	58,44%
BTG Pactual Co-Investimento em Linhas de Transmissão Institucional Fundo de Investimento em Participações em Infraestrututra Responsabilidade LTDA.	142.825	10,73%

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de lucros e reserva especial.

c.1. Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos a reserva legal no valor de R\$13.257 e R\$389, respectivamente.

c.2. Dividendos propostos

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$62.971 e R\$1.846, respectivamente.

Para a constituição de dividendos segue base de cálculo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	265.141	7.773
Constituição de reserva legal (5%)	(13.257)	(389)
Base de cálculo dos dividendos	251.884	7.384
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	62.971	1.846

c.3. Reserva de lucros - Lucros a realizar

A Reserva de lucros possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros no exercício de 2025 e 2024, foi no montante de R\$188.913 e R\$5.538, respectivamente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	265.141	7.773
Reserva legal (5%)	(13.257)	(389)
Lucro a distribuir	251.884	7.384
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(62.971)	(1.846)
	188.913	5.538

c.4. Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Reversão de provisão de dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2025 deliberando a reversão do valor de R\$1.846 de dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

d. Transação entre sócios

No exercício, a Companhia reconheceu, no patrimônio líquido, os efeitos decorrentes da aquisição de participação societária adicional nas Controladas GSP I, GSP II e GSP III junto à sua controladora, caracterizando operação sob controle comum, na qual não houve alteração do controle último das entidades envolvidas. Em consonância com a política contábil adotada e com base nos princípios estabelecidos no IAS 8/CPC 23, tais transações são registradas pelo método de valores contábeis, sendo a diferença entre o valor pago e a participação adquirida no patrimônio líquido da investida reconhecida diretamente no patrimônio líquido, não transitando pelo resultado do exercício. Como reflexo dessa diferença, foi reconhecido no período, um passivo diferido no montante de R\$4.405.

e. Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao efeito de hedge dos instrumentos financeiros derivativos do tipo “NDF - Non Deliverable Forward” de USD, contratados em 2 de abril de 2024 para a cobertura do risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira decorrente do compromisso firme - Contrato de fornecimento de Cabos de Alumínio - Alubar Metais e Cabos S.A. assinado pela Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A.

9. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou possível a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.
